

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ARIANNE DE MACEDO CARVALHO

**A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO CONTEXTO INTRAFAMILIAR: O limite entre o
abuso e a disciplina**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2021

ARIANNE DE MACEDO CARVALHO

**A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO CONTEXTO INTRAFAMILIAR: O limite entre o
abuso e a disciplina**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Tiago Deividly Bento Serafim

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2021

ARIANNE DE MACEDO CARVALHO

**A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO CONTEXTO INTRAFAMILIAR: O limite entre o
abuso e a disciplina**

Este exemplar corresponde à redação final
aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso
de ARIANNE DE MACEDO CARVALHO.

Orientador: Prof. Me. Tiago Deividly Bento
Serafim

Data da Apresentação: 09/12/2021

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Tiago Deividly Bento Serafim

Membro: Profa. Me. Jéssica Queiroga de Oliveira

Membro: Prof. Me. Alex Figueirêdo Da Nóbrega

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NO CONTEXTO INTRAFAMILIAR: O limite entre o abuso e a disciplina

Arianne de Macedo Carvalho ¹

Tiago Deividly Bento Serafim ²

RESUMO

Na presente pesquisa buscou-se compreender a utilização da violência psicológica como ferramenta de educação infantil no seio familiar. Foi realizado um aprofundamento dessa questão, a fim de entender os fatores responsáveis pela sua perpetuação, assim como as consequências geradas por esses atos violentos no desenvolvimento das vítimas. Realizou-se então uma revisão de literatura, com assuntos encontrados em artigos, livros e revistas de bases de dados científicas. Possui uma abordagem qualitativa de caráter narrativo e interpretações subjetivas dos itens encontrados. O critério de inclusão do material disposto baseou-se na consideração de algumas obras publicadas nos últimos cinco anos sobre o tema, sendo a maior parte incluída sem considerar a temporalidade, devido à confiabilidade das mesmas, à necessidade de informação relevante e à escassez de material recente sobre os temas discutidos. Mediante isso, foi possível a constatação da característica multifacetada e invisível da violência psicológica. A mesma, por não deixar marcas visíveis e ser estrutural, é sutil e de difícil identificação o que auxilia na sua perpetuação e banalização, principalmente no que diz respeito à disciplina infantil. Percebeu-se a necessidade de rompimento com concepções sobre a forma de educar através de atos violentos, que comumente está associada abuso de poder e dominação do adulto sobre a criança. Ademais, constatou-se que mesmo os membros familiares sendo os principais encarregados de oferecer o cuidado às crianças, necessitam de uma rede de apoio.

Palavras-chave: Violência Intrafamiliar. Violência Psicológica. Família. Criança. Desenvolvimento.

ABSTRACT

In this research, we sought to understand the use of psychological violence as a child education tool within the family. A deepening of this issue was carried out in order to understand the factors responsible for its perpetuation, as well as the consequences generated by these violent acts in the victims' development. A literature review was then carried out, with subjects found in articles, books and journals in scientific databases. It has a qualitative narrative approach and subjective interpretations of the items found. The criterion for inclusion of the material provided was based on the consideration of some works published five years ago on the subject, most of which were included without considering their

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email:

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email:

temporality, due to their reliability, the need for relevant information and the scarcity of recent material on the topics discussed. Through this, it was possible to verify the multifaceted and invisible characteristic of psychological violence. Because it does not leave visible marks and is structural, it is subtle and difficult to identify, which helps in its perpetuation and banalization, especially with regard to the discipline of a child. It was noticed the need to break with conceptions about how to educate through violent acts, which is commonly associated with abuse of power and adult domination over the child. Furthermore, it was found that even family members being the main ones in charge of providing care to the children, they need a support network.

Keywords: Intrafamily violence. Psychological violence. Family. Kid. Development.

1 INTRODUÇÃO

Partindo de uma análise da conjuntura intrafamiliar brasileira e das práticas educativas utilizadas na mesma, foi possível apontar uma notória violência direcionada à criança. Dentre as várias agressões cometidas a esses sujeitos há a violência psicológica que, várias vezes, pode ser banalizada, principalmente pelo fato de não haver a agressão física e, comumente, só a mesma ser considerada danosa e de fácil identificação (BRASIL, 2002; SILVA; COELHO; CAPONI, 2007).

A invisibilidade da violência psicológica é um fator preocupante e o uso da mesma como ferramenta educativa nas relações entre cuidadores e crianças também. Pôde-se assim, levantar a hipótese de que há uma espécie de confusão entre o ato de disciplinar/educar com a utilização da violência psicológica e abuso de poder (CAVALHEIRO; SOUSA, 2020; MARINHO; MARTINS, 2021; MOREIRA; SOUSA, 2012; PERUHYPE; HALBOTH; ALVES, 2011). A partir disso, surgiu o seguinte questionamento: Quais os fatores que podem explicar o uso da violência psicológica como prática educativa no contexto intrafamiliar?

Assim, a presente pesquisa teve como finalidade compreender a aplicabilidade da violência psicológica como prática educativa no contexto intrafamiliar. A fim de contemplar tal propósito, percebeu-se a importância de inicialmente descrever diversas tipologias de violência, destacando a psicológica, de discorrer sobre fatores que influenciam no desenvolvimento infantil. Por fim, tornou-se indispensável entender o manejo da violência psicológica como prática educativa e as consequências geradas na subjetividade da criança submetida a essa condição.

Devido à proporção do problema, que vai para além do indivíduo que sofre a agressão, sendo uma questão de saúde pública, devido a naturalização do mesmo em uma dimensão social e a falta de visibilidade do assunto em questão, resultando em diversas negligências quanto a criança, seus direitos de cuidado e desenvolvimento, a pesquisa e reflexão sobre o tema torna-se de grande relevância, e foi realizada na busca de compreender o limite entre o abuso e a disciplina.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Dessa forma, foi feita uma análise de conteúdo com caráter narrativo, e interpretações

subjetivas a partir do que foi pesquisado a respeito da violência psicológica como prática educativa no contexto intrafamiliar. A fonte de informação utilizada foi encontrada em artigos, livros e revistas de bases de dados científicas como o Google Acadêmico, Brasil Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (Pepsic) e Revistas Científicas da América Latina (Redalyc). A inclusão do material disposto foi realizada sem considerar a temporalidade, devido à confiabilidade das mesmas, à necessidade de informação relevante e à escassez de material recente sobre os temas discutidos.

3 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

3.1 ALGUMAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA

A violência, em termos gerais, caracteriza-se como um assunto complexo e de difícil conceituação. Minayo (2020), em seus amplos estudos sobre esse tema, afirma essa dificuldade de definição precisa, destacando que são variadas as concepções, devido à complexidade e às diversas causas desse fenômeno. Apesar disso, a autora faz algumas considerações, essas apontam a violência como um produto sócio-histórico, presente em toda sociedade, em diferentes tempos e contextos, que se perpetua e acontece de forma específica em cada época e cenário, tornando-se uma questão de saúde pública.

Na tentativa de buscar uma conceituação objetiva pode-se considerar as pontuações feitas pela Organização Mundial de Saúde (1996), na qual reconhece que a violência quanto sua tipologia pode ser auto-infligida, coletiva e interpessoal, sendo respectivamente a que é dirigida a si mesmo, a realizada por grupos ou Estado em esferas políticas, sociais e econômicas e a que se dá nas relações. Além disso, a OMS aponta que a violência é:

O uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação (KRUG *et al.*, 2002, p.5).

Dando a importância a tais perspectivas, pode-se enfatizar que os aspectos como o contexto em que ocorre, a intenção, a quem é dirigida tais atos, assim como as consequências, são essenciais no que diz respeito ao entendimento sobre o que define a violência. Essa, de acordo com os escritos de Minayo (2005), pode ser analisada também quanto a sua natureza, sendo classificada como física, sexual, de abandono, negligência ou privação de cuidados e psicológica. Essa última, junto com a interpessoal citada acima, merece um maior aprofundamento para melhor compreensão do tema proposto neste trabalho.

Assim, é pertinente expor a perspectiva de Martín-Baró (1990a, 1990b e 1996) citado por Moreira e Guzzo (2017), na qual explora a violência e suas expressões dentro das relações como um fator que necessita ser analisado para além do campo individual. Para ele é preciso explicá-la e buscar solucioná-la, entendendo-a em seus diversos aspectos. Tais aspectos vão para além do indivíduo envolvido e sendo estudados de forma isolada não se torna possível conhecer, já que nessa visão a violência está também ligada à ordem social, política e econômica. Diante desse raciocínio, o autor afirma que uma sociedade pode, por exemplo, instituir relações violentas se o modelo de vínculo estabelecido for pautado em submissão, exploração e opressão.

Partindo desse pressuposto, cabe também inferir que a instauração de relações violentas, incluindo relações interpessoais, é estrutural. A partir disso, vale ressaltar a afirmação da OMS (2015) sobre a violência interpessoal que é aquela que acontece entre amigos, conhecidos, parceiros íntimos e membros de família. Ou seja, advém nas relações, sendo denominada como um desafio universal, devido à proporção do problema e suas consequências. Minayo (2005), a classifica em dois grupos, o comunitário, que é a que acontece no meio social e a intrafamiliar, que ocorre entre parceiros íntimos e membros de uma família.

Para maior compreensão, faz-se necessário pontuar de forma superficial a diferenciação entre a violência familiar/doméstica e a intrafamiliar. Segundo Miura *et al.* (2018), muitas vezes, esses termos são usados como sinônimos e, predominantemente, em artigos científicos, o primeiro termo está associado a ações violentas de gênero direcionadas à mulher, dentro do espaço doméstico. Ou seja, pode-se afirmar que de modo geral para alguns autores o local onde ocorre é usado como indicativo para essa distinção, sendo a intrafamiliar associada não necessariamente ao espaço físico.

Segundo Brasil (2002), a violência intrafamiliar se define como uma adversidade social que se configura por toda práxis que cause danos à integridade física ou psicológica, afetando negativamente o bem-estar, liberdade e desenvolvimento saudável de um sujeito. Ela é cometida por um membro da família a outro, considerando esses membros não apenas os consanguíneos, mas todo aquele que possui uma função parental ou de relação de poder sobre o outro. Além disso, não se limita a espaço, ocorre no interior ou exterior do ambiente familiar. Sabendo que são variadas as expressões dentro desse contexto, vale especificar a violência psicológica.

3.2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

A violência psicológica, “é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui: insultos constantes, humilhação, desvalorização, chantagem...” (BRASIL, 2002, p. 20). Apesar de haver a separação e especificação de cada modalidade de violência feita por setores governamentais de saúde, alguns autores relatam uma espécie de negligência em relação à violência psicológica, já que sua identificação é difícil, sendo muitas vezes levada em consideração apenas quando acometida na dimensão física.

Silva, Coelho e Caponi (2007, p.98), por exemplo, discorrem sobre a dificuldade de entender e desassociar a violência psicológica da física, uma vez que, no maior número dos casos, a última não ocorre sem antes ocorrer a primeira. Para elas, a violência psicológica é tão grave quanto a física e mesmo assim muitas vezes sequer é citada. Mediante isso, é possível vislumbrar a invisibilidade da violência psicológica e até mesmo naturalização da mesma, tendo em vista que as marcas deixadas não são necessariamente vistas a olho nu.

O termo invisibilidade torna-se pertinente em relação a essa questão, pois, como ressalta Brasil (2002), há muita dificuldade no diagnóstico desse modelo de violência, tanto a nível institucional, como individual, e por parte tanto do agressor quanto da vítima. A dificuldade de identificar essa violência em nível institucional, como as concepções que Nascimento (2011) traz em sua tese, pode estar associada à grande variedade de conceituação da mesma. Nessa obra é pontuado sobre a falta de uma homogeneização na literatura ou até mesmo em instituições responsáveis pela luta contrária a essas violências.

Além disso, a autora discorre, sobre o fato da violência psicológica, em termos teóricos, ter sido posta em maior evidência através dos estudos feitos sobre a violência dirigida à mulheres, sendo a partir daí, vinculada conceitualmente a um tipo de expressão de violência familiar/doméstica. Ressalta ainda que essa tipologia de violência é melhor identificada através dos danos que causa, como prejuízos no desenvolvimento de habilidades sociais do indivíduo, assim como na sua autoestima e capacidade de se relacionar de forma saudável com os outros, do que pela forma que é praticada (NASCIMENTO, 2011).

A dificuldade de identificar a violência psicológica a nível individual pode estar associada a fatos mencionados anteriormente, como a violência de um modo geral ser estrutural, estando ligada a diversos aspectos e assim, podendo estar enraizada de forma sutil nas relações instituídas na sociedade, principalmente as que se referem aos laços familiares. De acordo com Lima e Sousa (2015), a violência, não sendo necessariamente apenas a constituída por agressão física, se torna uma estratégia para manutenção de poder e domínio

sobre o comportamento do outro, estabelecendo uma forma de se relacionar que é pautada no medo, intimidação e opressão.

Day *et al.* (2003) afirmam que antes era comum associar a pessoa que violentava como um estranho distante, mas que no decurso do tempo foi sendo revelado que os maiores atos violentos acontecem dentro das relações familiares, sendo realizadas principalmente contra os que aparentam ser mais frágeis, sejam por aspectos físicos, emocionais ou sociais, a saber mulheres, idosos e crianças. Nascimento (2011) traz ainda em seus escritos que a criança apresenta-se como uma das principais acometidas por relações violentas. Dessa forma, para melhor entendimento da presente pesquisa, cabe inserir a discussão dessa violência permeando o cenário intrafamiliar e os impactos em especial nas crianças, que fazem parte dos principais alvos dos agressores.

4 FATORES QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

4.1 FAMÍLIA E INFÂNCIA

Percebendo a família como um sistema variado de constantes mudanças, vale ressaltar que a mesma teve muitas transformações no decorrer do tempo. Tal fato possibilitou sua abrangência e diferentes configurações. Existem as compostas por mãe, pai, filhos, conhecida como família nuclear, as extensas, que possuem três ou quatro gerações, as adotivas, que pais e filhos não possuem relações consanguíneas, as monoparentais que são dirigidas ou somente pelo pai ou somente pela mãe, dentre outras. Todas elas são essenciais para o desenvolvimento individual, para a inserção na sociedade e para a proteção de seus integrantes (MOREÍ; KRENKEL, 2014).

Segundo Matias (2021), a família é um ajuntamento de pessoas que foi construída historicamente pelos homens, desde os primórdios, a fim de ser um meio facilitador para sobrevivência. Outrora a figura patriarcal era responsável por chefiar toda a família, mas houve diversas alterações. As constantes modificações, para a autora, ocorrem de acordo com a evolução social. Podendo ser, atualmente, a família denominada como aquela que é constituída por pessoas que possuem laços subjetivos. Além de ser considerada como uma relevante promotora de desenvolvimento pessoal.

Isso posto, é possível assegurar que a família se caracteriza por uma construção sociohistórica na visão dos autores citados. Essa característica também é atribuída à infância

para alguns estudiosos da área. Postman (1999), por exemplo, traz em sua literatura sobre um surgimento e também desaparecimento da infância em determinados momentos da história, os dois fatos sendo considerados diante de transformações sociohistóricas e culturais. O autor relata que nos tempos medievais não havia distinção entre adultos e crianças, sendo estas incluídas no trabalho e universo adulto a partir do momento em que as mesmas conseguissem minimamente compreendê-lo, o que geralmente acontecia aos sete anos de vida.

A explicação do autor citado anteriormente, em relação à não existência do conceito de infância na medievalidade, diz respeito ao que ele nomeia como falta de outros conceitos culturais como educação, vergonha e alfabetização. Nesse período, não existia a necessidade da criança aprender ser adulto, já que o que se exigia para ser um, era conseguido pelas mesmas a partir do momento que conseguissem realizar as principais tarefas exigidas na época. Havia uma espécie de negligência, não se separava o que se falava, via ou fazia na frente da criança, já que não havia o senso de amparo a ela. Além disso, pela alta taxa de mortalidade infantil, era comum não haver apego emocional com as crianças (POSTMAN, 1999).

Rodrigues (2017) afirma que essa falta de envolvimento emocional começou a mudar a partir do momento em que transformações sociais ocorreram. Assim, em determinado momento histórico, a família que antes não apresentava uma proximidade afetiva com a criança, se torna responsável pela educação dela e, conseqüentemente, passa a se envolver emocionalmente. Então, pode-se inferir que tais mudanças estão associadas à percepção da necessidade de um cuidado maior ao público infantil, devido às exigências culturais que surgem com a chegada de alguns conceitos, como o supracitado por Postman, a saber, educação, e o próprio conceito de desenvolvimento.

De acordo Peres e Cupolillo (2011) o desenvolvimento humano vem sendo explorado por muitos estudiosos, em diversos períodos históricos. Para elas esse processo contínuo acontece no decorrer de toda a vida do indivíduo de forma subjetiva e sendo diretamente afetado pelas relações evolutivas de seu grupo. Além disso, as autoras afirmam que o conceito de desenvolvimento humano está para além do crescimento físico da criança. Trata-se de concepções mais abrangentes que abarcam o indivíduo e seus aspectos sociais, emocionais e intelectuais.

Destacando o desenvolvimento infantil e os fatores que influenciam no mesmo, pode-se classificar a família como um dos principais. Segundo Moré e Krenkel (2014), a família caracteriza-se como um dos alicerces vitais nesse processo, já que é um grupo de pessoas que pode oferecer pontos de apoio da criança, como cuidados, nutrição, ensinamentos, dentre

outros. Dessa forma, os autores classificam-a, em suas diversas configurações, como um sistema dinâmico e de base para estruturação da personalidade do ser humano, sendo esse entendimento sustentado de forma mais enfática a partir do século XVI.

Winnicott (1993) faz indispensáveis considerações sobre a contribuição da família no processo de desenvolvimento individual. O autor confirma a necessidade de um ambiente propício para o amadurecimento e autonomia de uma criança, sendo esse ambiente oferecido pela família. Essa instituição, à medida que oferta um ambiente estável e adequado ao processo, proporciona a socialização do indivíduo. Essa inserção da criança no mundo, sem que haja a perda da sua individualidade, é visto como um papel que deve ser exercido pelos seus familiares.

O adulto que a criança se torna e o lugar que o mesmo ocupa na sociedade estão diretamente ligados com a forma em que se desenvolveu no seu âmbito familiar, que deve ser envolvido por cuidado. Esse fato possibilita a consideração da família como de suma importância para a civilização. Vale ressaltar que todo o sistema em que os membros familiares se organizam, assim como os seus papéis e modo de se relacionar é atravessado pela cultura. Dessa forma, a maneira pela qual a família contribui para a criança e seu desenvolvimento pessoal depende do contexto social que está inserida, que por sua vez, possui suas formas de relações e funcionamento (WINNICOTT, 1993).

Com os fatos mencionados anteriormente, pode-se perceber o papel indispensável da família para o desenvolvimento da criança. Esse desenvolvimento envolve muitos aspectos para além dos fatores biológicos, como os fatores sociais. Os fatores externos ocupam uma posição de grande relevância, gerando o propiciamento ou não de todo um processo saudável, no qual é associado, na literatura citada, à capacidade da criança adquirir habilidades que supra as suas necessidades e do seu meio. Entende-se assim que há um atravessamento mútuo do sistema cultural e sistema familiar, os dois sendo indissociáveis à formação do indivíduo.

Entendendo que há condições que são consideradas favoráveis ao processo saudável de desenvolvimento do ser humano, pode-se inferir que também há fatores que podem prejudicá-lo. Segundo Molinari, Silva e Crepaldi (2015) é importante compreender que os prejuízos no processo de desenvolvimento são gerados pela associação de mais de um fator de risco. Para elas, uma grande quantidade de fatores de risco, em níveis macro e microsociais, causam grande interferência no curso saudável em que se desenvolve a criança. Além disso, as autoras pontuam que esse curso saudável deve ser entendido para além da ausência de doença, sendo imprescindível a consideração do assunto de forma integral.

Maia e Williams (2005) trazem em seus escritos as considerações de Barnett (1997) que classifica o maltrato de forma geral, como um dos piores fatores de risco em relação ao desenvolvimento de uma criança. Afirmam que para o autor, o abuso e negligência causam profundas consequências negativas no desenvolvimento em seus diversos âmbitos. As marcas podem ser observadas na cognição, linguagem, habilidades de regulação de afeto, comportamentos, desempenho social, dentre outros. As autoras ainda acrescentam na discussão o tema da violência intrafamiliar e suas modalidades como principal fator de risco ao desenvolvimento infantil. Dentro das expressões da violência intrafamiliar direcionadas às crianças, a saber, a violência física, abuso e violência psicológica, vale destacar a última.

5 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA NO CONTEXTO INTRAFAMILIAR

5.1 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NA INFÂNCIA

Levando em consideração todos os fatos supramencionados, em especial as concepções de Nascimento (2011), pode-se constatar que a violência psicológica é estabelecida nas relações construídas socialmente. É importante enfatizar que essa perspectiva é pautada na construção do ser humano mediante suas relações com o outro na medida em que se desenvolve. Ademais, para a autora, o público infantil é um dos principais alvos das relações violentas intrafamiliares, sendo inegável a marca deixada nesses indivíduos, quando submetidos a esse contexto.

Braun (2002) considera a violência psicológica infantil como uma forma negativa do adulto agir sobre a criança, afetando diretamente suas habilidades de se relacionar com seu meio. A escritora também afirma que esse tipo de violação, apesar de não ser muito evidenciada, é extremamente comum na relação entre cuidadores e crianças. Além disso, pontua que essa tortura psicológica está, geralmente, associada a outras violências, podendo apresentar-se de diversas formas. Caracterizam-se como violência psicológica infantil, por exemplo, quando os responsáveis rejeitam, isolam, aterrorizam, corrompem, ignoram ou exigem demais da criança.

Dentre as consequências geradas pelas variadas modalidades de violência nas vítimas, é válido mencionar as principais marcas deixadas pela violência psicológica nas crianças, que a sofrem dentro do seu contexto familiar. Um dos agravadores nesse caso define-se pelo fato do ambiente que idealmente deveria oferecer condições favoráveis para o desenvolvimento

infantil ser, na verdade, um local que perturba e prejudica esse processo. Andrade *et al.* (2005) afirmam que o ambiente familiar precisa propiciar estímulos positivos, equilíbrio, vínculo afetivo, diálogo e boa relação familiar para um desenvolvimento saudável.

Os autores citados anteriormente também trazem em seus escritos que quando não oferecidas tais condições supramencionadas, o desenvolvimento mental, emocional, assim como a aprendizagem podem ser seriamente prejudicados. Isso, pois, o aspecto cognitivo está diretamente ligado com aspecto afetivo, e os dois afetados por um ambiente familiar não saudável dificultam a aprendizagem. A seriedade do problema pode ser apontada pelos comportamentos identificados em crianças que sofreram violência psicológica, que são: “Comportamentos extremos de timidez ou agressividade, destrutividade ou autodestrutividade; problemas do sono; isolamento; baixo conceito de si próprio; abatimento profundo; tristeza; ideia e tentativa de suicídio; insegurança” (ASSIS, 1994 APUD MOREÍ; KRENKEL, 2014, P.37).

Isso posto, vale ressaltar as indispensáveis contribuições de Moreira e Sousa (2012) sobre o assunto. As autoras, por sua vez, descrevem a violência psicológica infantil como atos que transcendem a agressão corporal. Acreditam que é manifesta através do olhar, palavras e gestos hostis do adulto, sendo o amedrontamento a configuração mais comum. Para elas, essa violência está intrínseca em outras expressões violentas frequentes contra a criança no seio familiar, a saber, o abuso sexual e agressão física. E, destacam que embora essa modalidade de violência seja vista como imperceptível, provoca diversos sintomas destrutivos, como os já citados. Principalmente, devido à alta magnitude de importância afetiva do agressor para a criança, na maioria dos casos.

Compreendendo a violência psicológica como uma modalidade de violência intrafamiliar, é válido enfatizar que através da observação das relações entre gerações, percebe-se a perpetuação dessa violência. Boa parte dos agressores sofre agressão de responsáveis na infância, repetindo tais ações quando crescem e tornam-se cuidadores. Isso devido à instauração de relações de poder assimétricas, que atravessam as formas de se relacionar entre as gerações. As crianças nesse cenário ficam em posições de submissão, já que o adulto é o detentor do saber e autoridade. O problema se evidencia quando a autoridade se torna abuso de poder, e o responsável pelo cuidado da criança justifica seus atos violentos como forma de educar (MOREIRA; SOUSA, 2012).

5.2 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA COMO PRÁTICA EDUCATIVA NO CONTEXTO INTRAFAMILIAR

De acordo com Moré e Krenkel (2014), vislumbrar a família como um sistema é compreender que as crenças, valores e concepções acerca de determinados temas, são grandes influências na forma de organização desses sujeitos e que tais fatores vão ao longo do tempo criando um modo único desta família funcionar. Ao observar esse funcionamento singular de cada família, considerando os diversos aspectos que o atravessa, torna-se possível apontar para as relações entre cuidadores e crianças. Pode-se ainda inferir questionamentos às concepções e ideias sobre o ato de educar dentro da dinâmica familiar.

Primordialmente e de forma superficial, é interessante retomar alguns pontos já mencionados anteriormente, como as mudanças no modo de interação das famílias com a criança mediante as transformações sociais. Antigamente havia uma falta de cuidado especializado com a criança, tendo em vista que o próprio conceito de infância não existia. Além disso, não havia a necessidade de preparar o sujeito em adulto. A necessidade surgiu à medida que a educação ocupou espaço e estabeleceu exigências. A família então passa a ser responsável por educar a criança, promovendo seu desenvolvimento e preparação (POSTMAN, 1999; RODRIGUES, 2017).

Essa educação, a princípio, se resumia aos cuidados físicos que possibilitam a criação da criança. Surge como uma preparação ao papel de adulto, dessa forma eram transmitidos valores e cultura do grupo em que o sujeito vivia. Essa transmissão acontecia de forma oral e prática aos que não faziam parte das camadas privilegiadas, enquanto aos que faziam, acontecia através de letras, formalmente, e de forma individualizada. Vale salientar que a forma de educação também implicava na divisão de trabalho entre mulheres e homens, sendo respectivamente, as que eram educadas para reprodução e os que eram educados para o trabalho de produção e intelectualidade. Como um procedimento de socialização, a educação forma um sujeito submetido ao social e seu cenário de interesses de poder (CARVALHO, 2004).

Os interesses de poder, de uma forma geral, são defendidos por meios de dominação e controle. O ato de disciplinar um sujeito é uma das formas de exercer esse controle, tendo em vista que nesse processo, ações consideradas incoerentes às ordens sociais são corrigidas. O uso da agressão física, desde os primórdios, é visto por muitos como ferramenta eficaz para obtenção dos resultados esperados no que diz respeito à formação de um indivíduo de fácil manipulação, dócil e útil ao grupo social que pertence. Essa dinâmica da sociedade foi estabelecida em todos os âmbitos e afeta todo aquele que faz parte do sistema. Esses mecanismos permeiam diversas instituições como escola, hospitais e família. Tais

organizações auxiliam, muitas vezes de forma sutil, na manutenção desse sistema (FOUCAULT, 1999).

As estratégias de poder e domínio são frequentes no seio familiar. Moreira e Sousa (2012) citam o fato de que os vínculos violentos construídos pela família, de um modo geral, são diretamente pautados em um cenário em que relações desiguais de poder entre gêneros e gerações, se fazem presentes. Assim, as crianças tornam-se alvos frequentes, por ocuparem uma posição subalterna dentro dessa forma de funcionamento. Tais fatos foram marcos durante toda a história e até hoje se faz “presente nas relações familiares, sendo esse sistema o principal responsável pela perpetração da violência contra crianças e adolescentes” (MOREÍ; KRENKEL, 2014, p. 36).

Dado os pressupostos, cabe inferir que essas relações de poder existentes entre membros de um sistema familiar facilita o uso da violência como forma de interação e ferramenta, inclusive no que diz respeito a educar uma criança nesse contexto. Segundo Peruhype, Halboth e Alves (2011) muitos agressores justificam e associam os atos violentos a uma forma de corrigir comportamentos considerados indesejáveis, e consequentemente, como uma alternativa para educação do sujeito. Além disso, essas autoras afirmam que sempre há uma explicação que banaliza e trata como tolerável o uso da violência como uma prática educativa. Esse costume ajuda na manutenção da relação de poder, e de abuso também, entre os responsáveis e suas crianças.

O estabelecimento de interações violentas nas relações pode ser associado às vulnerabilidades, como as sociais e econômicas. Esses pontos não podem ser considerados causas únicas, mas grandes influenciadores nesse processo. Isso na medida em que se entende por vulnerabilidade social a privação de famílias usufruírem de espaços de lazer, cultura, dentre outros que oferecem possibilidades de uma melhor qualidade de vida. A vulnerabilidade econômica também é uma influência negativa, que se caracteriza por escassez e condições de precariedade, possibilitando a fragilidade dos laços afetivos e a intolerância entre membros familiares (MOREIRA; SOUSA, 2012).

A intolerância pode levar à agressão. E, por inúmeras vezes, essas agressões transcendem o físico, como já se sabe pelo que foi discutido até o atual ponto. A violência psicológica se caracteriza como uma violência silenciosa, que ocorre de forma mútua com outros tipos de violência. Na agressão física e abuso sexual, por exemplo, sempre há uma violentação psicológica, mas nem sempre é necessário bater, abusar sexualmente e deixar marcas visíveis no corpo para que seja possível afirmar a presença da violência psicológica.

Porém, há uma difícil identificação da mesma, como alguns autores já mencionados relatam. Brasil (2002) pontua que comumente e a nível individual, nem mesmo o agressor a identifica.

Faz-se pertinente a partir disso, atribuir tal fato ao aspecto sutil e multifacetado dessa violência. Como já constatado, a mesma possui uma característica estrutural, na qual auxilia na sua aceitação e banalização. É importante compreender que à medida que se percebe a violência psicológica em sua complexidade, torna-se incoerente atribuir a culpa a apenas um fator. Afinal, muitas vezes até o que pratica essa violência, o faz de forma inconsciente. Tais constatações dão ênfase ao que anteriormente foi citado, a saber, a afirmação de que a violência de forma geral, não pode ser analisada de maneira individual.

Muitos cuidadores utilizam práticas que causam consequências negativas, mas o fazem acreditando ser a melhor forma. Em sua grande maioria esses indivíduos não sabem uma maneira adequada para educar as crianças. A falta de conhecimento sobre estratégias saudáveis, como o diálogo, a afetividade e o estabelecimento de limites mediante o uso da não violência, torna mais difícil a mudança dessas práticas educativas coercitivas. Além disso, as vulnerabilidades sociais e concepções cristalizadas sobre a necessidade do uso da agressão para educação são fatores que impedem a modificação dessas formas de se relacionar dentro do contexto intrafamiliar (PATIAS; SIQUEIRA; DIAS, 2013).

São muitas as evoluções no que diz respeito aos métodos protetivos às crianças, garantindo seus direitos legalmente. Todas as esferas da sociedade e instituições são responsáveis por garantir e preservar essas leis criadas, a fim de possibilitar um desenvolvimento infantil saudável. Dessa forma, não se pode depositar toda a obrigação de cumprir somente na família, que embora seja um dos pilares, frequentemente necessitam de uma rede de apoio e orientação sobre novas práticas parentais. Muitos desses ainda precisam romper com ideias de que a violência só ocorre quando existe ferimento visível como resultado. Há ainda uma explícita falta de estabelecimento de limites entre violência e disciplina (CAVALHEIRO; SOUSA, 2020; MARINHO; MARTINS, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da busca de uma definição do que é violência em termos gerais, percebe-se a dificuldade de sua conceituação. Tal fato deve-se à sua complexidade e abrangência. Apesar disso, baseado em algumas concepções teóricas, torna-se possível perceber essa violência como um fator que perpassa toda a história da humanidade. Entender a intenção, o tipo, o

contexto, como ocorre, a quem é dirigida e as consequências, torna-se necessário para melhor entendimento do conceito de violência. Dentre os diversos tipos, pode-se destacar a violência psicológica, que se caracteriza por ser silenciosa, negligenciada e de difícil identificação.

Avaliando a invisibilidade da violência psicológica, é viável inferir sua sutileza e traços enraizados em diversos âmbitos da sociedade. As diversas relações instituídas socialmente são atravessadas por sua presença, em especial as familiares. Na busca de compreensão do contexto intrafamiliar perpassado pela violência psicológica, foi possível entendê-la como um grande fator de risco em relação ao desenvolvimento de uma criança. Esse sujeito é percebido como principal alvo dos agressores, devido sua posição subalterna. Acredita-se que isso acontece devido às ideologias predominantes de poder e dominação na qual é regida a construção cultural do ser humano.

Compreendendo o seio familiar, suas interações e transformações sócio-históricas, em relação à educação e desenvolvimento da criança, assim como o papel da família nesse processo, diversas considerações podem ser feitas. Para diversos estudiosos a família é essencial no processo de oferecimento de subsídios para um desenvolvimento saudável da criança. Quando a violência psicológica está envolvida no processo de interação dessa família, inclusive no que diz respeito à forma de educar, há diversas consequências negativas na subjetividade da vítima. Além disso, ficou claro a falta de limite entre a violência e disciplina para cuidadores.

Percebe-se que muitos ainda não romperam com as concepções antigas sobre a necessidade de violar para educar. A educação e disciplina são permeadas por uma necessidade de imposição de poder, que se caracteriza como violação. Essa violação é transcendida pelo que se pode ver, pois há marcas destrutivas, apesar de veladas. Mesmo após todas as transformações que aconteceram com o decorrer do tempo, no que diz respeito à necessidade de um cuidado especializado com a criança, às formas de se relação, às leis que foram criadas para sua proteção, dentre outras, sabe-se que ainda há muito que mudar.

A presente pesquisa pode ser qualificada como relevante, devido ao fato de que o aprofundamento do estudo sobre o limite entre o abuso e a violência é necessário, tendo em vista que a característica multifacetada e complexa da mesma torna esse trabalho mais difícil. Além disso, por esse motivo também não se faz coerente analisar tal questão por uma só perspectiva. São muitos os fatores e faces que precisam ser consideradas e questionadas a fim de se chegar a possíveis explicações. Dessa forma, é válida também uma espécie de realocamento do olhar de vítima apenas para a criança. As famílias nesse caso, muitas vezes, podem ser postas como únicas culpadas e responsáveis, embora também sejam afetadas por

todo o sistema e sua forma de funcionamento. Os aspectos sócios históricos e culturais, as vulnerabilidades envolvidas e a falta de ferramentas e de orientação, são fatos que apontam para uma necessidade de uma rede de apoio para que seja possível alterar as formas intrafamiliares de educar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Susanne Anjos et al. Ambiente familiar e desenvolvimento cognitivo infantil: uma abordagem epidemiológica. **Revista de saúde Pública**, v. 39, p. 606-611, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000400014>. Acesso em 19 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, DF, 2002. (Cadernos de Atenção Básica, n. 8).

BRAUN, Suzana. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo**. Editora AGE Ltda, 2002.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**. 2004, v. 34, n. 121, pp. 41-58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100003>. Acesso em 24 de Novembro 2021.

CAVALHEIRO, Emerson de Moura; SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. **Práticas Educativas Parentais: Limites entre Educação e Violência**. Taubaté, 2020. 156p. Dissertação de Mestrado – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG), Universidade de Taubaté. Disponível em: <https://mestradoh.unitau.br/wp-content/uploads/dissertacoes/2020/Emerson-de-Moura-Cavalheiro.pdf>. Acesso em 28 de novembro de 2021.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 25, pp. 9-21, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>. Acesso em 1 de novembro de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 20ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

KRUG, Etienne *et al.*. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível Em: <https://www.cevs.rs.gov.br/>. Acesso em 1 de novembro de 2021.

LIMA, Gustavo Henrique Alves; SOUSA, Santana de Maria Alves. Violência psicológica no trabalho da enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 68, n. 5, pp. 817-823, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680508i>. Acesso em 6 de outubro de 2021

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em psicologia**, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751425002.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

MARINHO, Mayelle Tayana; MARTINS, Islane Cristina. PRÁTICAS EDUCATIVAS COM ENFOQUE PARENTAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA REVISÃO. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 5, p. 83-97, 2021. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/1178>. Acesso em: 28 novembro de 2021.

MATIAS, Aline Pereira. A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM DA CRIANÇA. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 14, p. 25-29, 2021. Disponível em: <http://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/26>. Acesso em: 12 novembro de 2021.

MINAYO, Maria Célia de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde**. In: NJAINE, K., ASSIS, S.G., CONSTANTINO, P., and AVANCI, J.Q., eds. Impactos da Violência na Saúde [online]. 4th ed. update. Rio de Janeiro: Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, ENSP, Editora FIOCRUZ, 2020, pp. 19-42. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557080948.0003>. Acesso em 20 de setembro de 2021

MINAYO, Maria Célia de Souza. Violência: um Velho-Novo Desafio para a Atenção à Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 29, n. 0, pp. 55-63, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1>. Acesso em 1 de outubro de 2021.

MIURA, Paula Orchiucci et al. Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30179670>. Acesso em 30 de outubro de 2021.

MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; KRENKEL, Scheila. **Violência no contexto familiar**. 2014.

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Violência e prevenção na escola: as possibilidades da psicologia da libertação. **Psicologia & Sociedade**. 2017, v. 29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29141683>. Acesso em 5 de outubro de 2021.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O social em Questão**, n. 28, p. 13-25, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256742002>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

MOLINARI, Juliana Salum de Oliveira; SILVA, Maria de Fatima; CREPALDI, Maria Aparecida. Saúde e desenvolvimento da criança: a família, os fatores de risco e as ações na atenção básica. **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 3, n. 43, p.17-26, 2005. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/Psicologiaargumento/2005/vol23/no43/2.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2021

NASCIMENTO, Rita de Cássia Souza. **Entre xingamentos e rejeições: um estudo da violência psicológica na relação entre professor e aluno com dificuldade de aprendizagem.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

Disponível em: https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/rita_de_cassia_ferraz_tese.pdf. Acesso em 26 de outubro de 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014.** Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2015

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DIAS, Ana Cristina Garcia. Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. **Mudanças–Psicologia da Saúde**, v. 21, n. 1, p. 29-40, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-1019/MUD.V21N1P29-40>. Acesso em: 26 de novembro de 2021.

PERES, Vannúzia Leal Andrade; CUPOLILLO, Mercedes Villa. **Desenvolvimento Humano.** In: BECKER, Leticia Azzolin (Org.). *Psicologia para Concursos e Graduação: teoria e questões.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 1-19.

PERUHYPE, Rarianne Carvalho; HALBOTH, Nádia Verônica; ALVES, Paula Aryane Brito. Uso da violência doméstica como prática educativa: conhecendo a realidade em Diamantina–MG/Brasil. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 170-178, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-682849>. Acesso em 4 de maio de 2021.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância.** Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de meio. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

RODRIGUES, Adriana. **A Infância na visão de Philippe Àries e Neil Postman.** In: Congresso de pesquisa e ensino de história da educação em Minas Gerais: repensar a história da educação, pensar a política na história da educação. IX. ed. Anais eletrônicos. 2017. p. 9. Disponível em: https://digital.unileao.edu.br/pluginfile.php/264881/mod_resource/content/1/A%20INF%C3%82NCIA%20NA%20VIS%C3%83O%20DE%20PHILIPPE%20%C3%80RIES%20E%20NEIL%20POSTMAN.%20PALAVRAS-CHAVE_%20inf%C3%A2ncia%3B%20hist%C3%B3ria%3B%20Philippe%20%C3%80ries%3B%20Neil%20Postman..pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2021.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, p. 93-103, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000100009>. Acesso em 21 de junho de 2021.

WINNICOTT, Donald. **A família e o desenvolvimento individual.** São Paulo: Martins, 1993.